

FREDIE DIDIER JR.  
LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA

**16<sup>a</sup>**  
**edição**

revista, atualizada  
e ampliada

*Curso de Direito*  
**PROCESSUAL**  
**CIVIL**

Meios de impugnação às Decisões  
Judiciais e Processo nos Tribunais

**3**

2019

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Sumário

|                                     |    |
|-------------------------------------|----|
| Nota dos autores à 16ª edição ..... | 27 |
| Nota dos autores à 13ª edição ..... | 29 |
| Prefácio .....                      | 33 |

## PARTE 1 – O PROCESSO CIVIL NOS TRIBUNAIS

|  |    |
|--|----|
| Capítulo 1 ► <b>Da Ordem do Processo no Tribunal</b> .....   | 39 |
| 1. Generalidades.....  | 39 |
| 2. A função do regimento interno dos tribunais.....  | 40 |
| 3. Protocolo, registro e distribuição .....  | 41 |
| 4. Conexão e prevenção .....   | 44 |
| 5. Distinções: voto, julgamento, acórdão e ementa.....   | 46 |
| 5.1. Generalidades .....   | 46 |
| 5.2. O voto vencido e a sua função em um sistema de precedentes vinculantes.....                                 | 47 |
| 5.3. Decisões plurais e voto concorrente .....   | 49 |
| 5.4. Fundamentação do voto e fundamentação do acórdão. As decisões plurais.....                                  | 49 |
| 5.5. A ementa.....   | 50 |
| 5.6. Lavratura do acórdão e publicação .....   | 51 |
| 6. A tutela provisória nos tribunais .....   | 55 |
| 7. A produção de prova em tribunal .....   | 56 |
| 8. Relator.....  | 59 |
| 8.1. Generalidades .....   | 59 |
| 8.2. Poderes do relator.....   | 60 |
| 8.2.1. Generalidades.....  | 60 |
| 8.2.2. Poderes ordinatórios.....   | 60 |
| 8.2.3. O dever geral de correção de defeitos processuais em tribunal<br>(art. 938, §§ 1º e 2º, CPC) .....        | 61 |
| 8.2.4. Poder instrutório .....   | 62 |
| 8.2.5. Poderes decisórios .....  | 62 |
| 8.2.5.1. Homologar autocomposição .....  | 62 |
| 8.2.5.2. Decidir requerimento de tutela provisória.....  | 63 |
| 8.2.5.3. Decidir requerimento de concessão de gratuidade da justiça,<br>bem como o pedido de sua revogação ..... | 63 |

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 8.2.5.4.   | Proceder ao juízo de admissibilidade dos recursos .....  | 63  |
| 8.2.5.4.1. | Generalidades.....   | 63  |
| 8.2.5.4.2. | Dever geral de prevenção.....  | 65  |
| 8.2.5.5.   | Proceder ao juízo de mérito dos recursos.....  | 67  |
| 8.2.5.6.   | Decisões finais em processos de competência originária.....  | 69  |
| 8.2.5.7.   | Decisões de conteúdo interlocutório.....   | 70  |
| 9.         | Proibição de decisão-surpresa em tribunal.....   | 71  |
| 10.        | O julgamento.....  | 74  |
| 10.1.      | A colegialidade como regra.....  | 74  |
| 10.2.      | Convocação de outros juízes para a composição do quorum do julgamento .....  | 75  |
| 10.3.      | Da ordem de julgamento, inclusão e publicação da pauta.....  | 76  |
| 10.4.      | Sustentação oral.....  | 79  |
| 10.4.1.    | Generalidades.....   | 79  |
| 10.4.2.    | Hipóteses em que se admite e em que não se admite sustentação oral .....   | 80  |
| 10.4.3.    | O momento para a apresentação da sustentação oral .....  | 83  |
| 10.4.4.    | A publicidade como meio de viabilizar a sustentação oral.....  | 84  |
| 10.4.5.    | Requerimento de sustentação oral.....  | 85  |
| 10.4.6.    | Sustentação oral no incidente de resolução de demandas repetitivas .....   | 86  |
| 10.4.7.    | Sustentação oral por videoconferência .....  | 86  |
| 10.4.8.    | Negócios processuais sobre sustentação oral.....   | 87  |
| 10.4.9.    | Sustentação oral versus esclarecimento de fato.....  | 88  |
| 10.5.      | Pedido de vista. A Resolução n. 202/2015 do CNJ.....   | 89  |
| 10.6.      | Votação própria para o juízo de admissibilidade e para cada um dos pedidos cumulados. A definição dos fundamentos determinantes..... | 90  |
| 10.7.      | Ampliação do colegiado em caso de divergência.....   | 94  |
| 10.7.1.    | Generalidades.....   | 94  |
| 10.7.2.    | Natureza jurídica da ampliação do colegiado e repercussões práticas de sua definição .....   | 95  |
| 10.7.3.    | Observância do juiz natural.....   | 98  |
| 10.7.4.    | Ampliação do julgamento na apelação.....   | 99  |
| 10.7.5.    | Ampliação do julgamento no agravo de instrumento.....  | 101 |
| 10.7.6.    | Ampliação do julgamento em embargos de declaração.....   | 101 |
| 10.7.7.    | Ampliação do julgamento no agravo interno em apelação ou em agravo de instrumento .....  | 103 |
| 10.7.8.    | Ampliação do julgamento na ação rescisória.....  | 104 |
| 10.7.9.    | Embargos de declaração contra acórdão proferido por órgão com composição ampliada.....   | 107 |
| 10.7.10.   | Ampliação do colegiado em mandado de segurança.....  | 107 |
| 10.7.11.   | Casos em que não se aplica a ampliação da composição.....  | 108 |
| 10.8.      | A dispersão de votos (ausência de maioria). O voto-médio.....  | 109 |
| 10.9.      | Proclamação do resultado.....  | 111 |
| 10.10.     | Modificação de voto.....   | 112 |



|                                    |  |            |
|------------------------------------|--|------------|
| 8.3.5.                             | Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....   | 154        |
| 8.3.6.                             | Tempestividade.....  | 154        |
| 8.3.7.                             | Regularidade formal. A regra da dialeticidade dos recursos .....   | 158        |
| 8.3.8.                             | Preparo .....  | 160        |
| 8.3.8.1.                           | Generalidades .....  | 160        |
| 8.3.8.2.                           | Problemas relacionados ao preparo .....  | 162        |
| 8.3.8.2.1.                         | Preparo insuficiente.....  | 162        |
| 8.3.8.2.2.                         | Ausência de preparo .....  | 164        |
| 8.3.8.2.3.                         | Relevação da deserção .....  | 165        |
| 8.3.8.3.                           | Sujeitos dispensados do preparo .....  | 165        |
| 8.3.8.4.                           | Recursos que dispensam o preparo.....  | 166        |
| 8.4.                               | Natureza jurídica do juízo de admissibilidade.....   | 167        |
| 8.5.                               | Juízo de mérito.....   | 170        |
| 8.5.1.                             | Conceito de mérito do recurso .....  | 170        |
| 8.5.2.                             | A causa de pedir recursal: o error in procedendo e o error in iudicando ....   | 171        |
| 8.5.3.                             | Cumulação de pedidos no recurso .....  | 173        |
| 8.5.4.                             | Julgamento rescindente e julgamento substitutivo. O efeito substitutivo dos recursos .....                               | 174        |
| 9.                                 | Princípio da proibição da reformatio in pejus. Vedação ao “benefício comum” do recurso.                                  | 176        |
| 10.                                | Efeitos dos recursos.....  | 177        |
| 10.1.                              | Impedimento ao trânsito em julgado .....   | 177        |
| 10.2.                              | Efeito suspensivo .....  | 178        |
| 10.3.                              | Efeito devolutivo: extensão e profundidade (efeito translativo).....   | 179        |
| 10.4.                              | Efeito regressivo ou efeito de retratação.....   | 184        |
| 10.5.                              | Efeito expansivo subjetivo (extensão subjetiva dos efeitos) .....  | 185        |
| 11.                                | Recursos subordinados .....  | 186        |
| 11.1.                              | Generalidades .....  | 186        |
| 11.2.                              | O recurso adesivo .....  | 187        |
| 12.                                | Sucumbência recursal .....   | 195        |
| <b>Capítulo 3 ► Apelação .....</b> |  | <b>201</b> |
| 1.                                 | Generalidades.....   | 201        |
| 1.1.                               | Conceito e regra geral de cabimento .....  | 201        |
| 1.2.                               | Situações excepcionais.....  | 202        |
| 1.2.1.                             | Embargos infringentes de alçada .....  | 202        |
| 1.2.2.                             | Sentença que decreta a falência .....  | 203        |
| 2.                                 | Apelação contra decisão interlocutória.....  | 204        |
| 2.1.                               | Generalidades sobre a recorribilidade das decisões interlocutórias no CPC-2015....                                       | 204        |
| 2.2.                               | Premissa geral para a compreensão do art. 1.009, § 1º, CPC: a apelação contra decisão interlocutória não agravável ..... | 205        |
| 2.3.                               | Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis pela parte vencida .....  | 206        |
| 2.4.                               | Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis pela parte vencedora.....   | 209        |

|  |   |            |
|--|---|------------|
| 2.4.1.   | Generalidades: a apelação do vencedor prevista no § 1º do art. 1.009 e a preclusão das decisões interlocutórias não agraváveis a ele desfavoráveis..... | 209        |
| 2.4.2.   | A apelação do vencedor como espécie de recurso subordinado. Distinção entre a apelação subordinada do vencedor e o recurso adesivo.....                 | 211        |
| 2.4.3.   | A apelação do vencedor como espécie de recurso condicionado. Procedimento de julgamento.....  | 214        |
| 2.4.4.   | Interposição de apelação autônoma pelo vencedor: aplicação da instrumentalidade das formas.....   | 216        |
| 3.   | Regularidade formal e prazo.....  | 217        |
| 4.   | Efeitos.....  | 219        |
| 4.1.   | Efeito devolutivo.....  | 219        |
| 4.1.1.   | Generalidades.....  | 219        |
| 4.1.2.   | Questão prejudicial incidental resolvida e efeito devolutivo da apelação.....   | 222        |
| 4.1.3.   | Acordo de organização do processo (art. 357, § 2º, CPC) e profundidade do efeito devolutivo da apelação.....  | 223        |
| 4.1.4.   | Apelação nos casos de improcedência liminar do pedido.....  | 224        |
| 4.2.   | Efeito suspensivo.....  | 225        |
| 4.2.1.   | Regra geral e as hipóteses em que a apelação não tem efeito suspensivo automático (art. 1.012, § 1º, CPC).....  | 225        |
| 4.2.1.1.                                       | Generalidades.....  | 225        |
| 4.2.1.2.                                       | Hipóteses em que a apelação não tem efeito suspensivo automático.....   | 226        |
| 4.2.2.   | Modo para requerer efeito suspensivo à apelação (art. 1.012, §§ 3º e 4º)....  | 230        |
| 4.3.   | Efeito de retratação.....   | 233        |
| 5.   | Alegação nova de fato e alegação de fato novo em apelação.....  | 233        |
| 6.   | Procedimento.....   | 235        |
| 6.1.   | Procedimento da apelação perante o juízo a quo.....   | 235        |
| 6.2.   | Procedimento da apelação no tribunal.....   | 237        |
| 7.   | Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal (art. 1.013, § 3º, CPC).....   | 237        |
| 7.1.   | Generalidades.....  | 237        |
| 7.2.   | Hipóteses de aplicação da regra.....  | 240        |
| 7.2.1.   | Sentença de conteúdo processual (art. 1.013, § 3º, I, CPC).....   | 240        |
| 7.2.2.   | Sentença que violou a regra da congruência (art. 1.013, § 3º, II, CPC).....   | 241        |
| 7.2.3.   | Sentença que não examinou um pedido (art. 1.013, § 3º, III, CPC).....   | 242        |
| 7.2.4.   | Sentença sem fundamentação (art. 1.013, § 3º, IV, CPC).....   | 243        |
| <b>Capítulo 4 ► Agravo de Instrumento.....</b> |   | <b>245</b> |
| 1.   | Generalidades.....  | 245        |
| 1.1.   | Breve histórico legislativo.....  | 245        |
| 1.1.1.   | Os agravos no CPC-1939.....   | 245        |
| 1.1.2.   | Os agravos no CPC-1973.....   | 247        |
| 1.1.3.   | As mudanças operadas pela Lei n. 9.139/1995.....  | 248        |
| 1.1.4.   | As modificações da Lei n. 10.352/2001.....  | 249        |
| 1.1.5.   | As mudanças da Lei n. 11.187/2005.....  | 249        |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 1.1.6.   | O agravo de instrumento no CPC-2015 .....  | 249 |
| 1.2.     | Cabimento .....  | 250 |
| 1.2.1.   | Decisões interlocutórias agraváveis .....  | 251 |
| 1.2.2.   | Decisões interlocutórias não agraváveis .....  | 251 |
| 1.2.3.   | Decisão que decreta a falência .....   | 251 |
| 1.2.4.   | Decisão que julga a fase de liquidação de sentença .....   | 252 |
| 2.       | Decisões agraváveis .....  | 253 |
| 2.1.     | Taxatividade das hipóteses de agravo de instrumento na fase de conhecimento ....   | 253 |
| 2.2.     | Taxatividade e interpretação extensiva .....   | 254 |
| 2.3.     | A “taxatividade mitigada” do rol do <i>caput</i> do art. 1.015: o posicionamento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça ..... | 257 |
| 2.4.     | Hipóteses típicas (art. 1.015, CPC) .....  | 260 |
| 2.4.1.   | Tutela provisória (art. 1.015, I, CPC) .....   | 260 |
| 2.4.2.   | Decisão de mérito (art. 1.015, II, CPC) .....  | 261 |
| 2.4.2.1. | Generalidades .....  | 261 |
| 2.4.2.2. | Decisão que aplica multa processual .....  | 262 |
| 2.4.2.3. | A decisão que indefere uma das provas em produção antecipada de prova. ....  | 263 |
| 2.4.3.   | Decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III, CPC) .....   | 264 |
| 2.4.3.1. | Generalidades .....  | 264 |
| 2.4.3.2. | Decisão que versa sobre competência .....  | 265 |
| 2.4.3.3. | Decisão interlocutória que nega eficácia a negócio jurídico processual .....   | 265 |
| 2.4.3.4. | Decisão do juízo arbitral sobre sua competência .....  | 266 |
| 2.4.4.   | Decisão que resolve o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 1.015, IV, CPC) .....                                 | 267 |
| 2.4.5.   | Decisão sobre gratuidade da justiça (art. 1.015, V, CPC) .....   | 268 |
| 2.4.6.   | Decisão sobre exibição ou posse de documento ou coisa (art. 1.015, VI, CPC) .....  | 269 |
| 2.4.7.   | Decisão que exclui litisconsorte (art. 1.015, VII, CPC) .....  | 270 |
| 2.4.8.   | Decisão que rejeita pedido de limitação do litisconsórcio (art. 1.015, VIII, CPC) .....  | 270 |
| 2.4.9.   | Decisão que admite ou inadmite intervenção de terceiros (art. 1.015, IX, CPC) .....  | 272 |
| 2.4.9.1. | Generalidades .....  | 272 |
| 2.4.9.2. | Regra não aplicável à intervenção do <i>amicus curiae</i> , cujo deferimento é irrecurável (art. 138, CPC) .....                         | 272 |
| 2.4.10.  | Decisão que concede, modifica ou revoga o efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 1.015, X, CPC) .....                           | 273 |
| 2.4.11.  | Decisão sobre a redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º (art. 1.015, XI, CPC) .....                                 | 274 |
| 2.4.12.  | Outros casos previstos em lei .....  | 275 |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| 2.5.   | A atipicidade do cabimento de agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação, cumprimento de sentença, execução e no processo de inventário e partilha (art. 1.015, par. ún., CPC) ..... | 276        |
| 2.6.   | A recorribilidade das decisões interlocutórias no processo da ação popular.....  | 276        |
| 2.7.   | O problema do “protesto por nulidade” (art. 278, CPC).....   | 277        |
| 2.8.   | O problema da decisão de saneamento (art. 357, § 1º, CPC) .....  | 279        |
| 2.9.   | O problema das decisões interlocutórias não agraváveis anteriores e o agravo de instrumento contra decisão parcial.....  | 280        |
| 3.   | Regularidade formal e prazo.....   | 283        |
| 3.1.   | Generalidades .....  | 283        |
| 3.2.   | Agravo de instrumento em autos eletrônicos .....   | 285        |
| 3.3.   | Agravo de instrumento em autos de papel.....   | 286        |
| 3.3.1.   | Cópias obrigatórias (art. 1.017, I, CPC).....  | 286        |
| 3.3.2.   | Desnecessidade de autenticação das cópias obrigatórias.....  | 289        |
| 3.3.3.   | Ausência de cópias obrigatórias. Intimação para regularização. Consequências .....   | 289        |
| 3.3.4.   | Modos de interposição do agravo de instrumento .....   | 290        |
| 3.3.5.   | Comprovação da interposição do agravo de instrumento (art. 1.018, CPC) .....   | 291        |
| 4.   | Procedimento do agravo de instrumento.....   | 293        |
| 5.   | Aplicação do art. 1.013, § 3º, CPC ao agravo de instrumento.....   | 296        |
| 6.   | Extinção do processo em julgamento de agravo de instrumento.....   | 297        |
| 7.   | Agravo de instrumento pendente e superveniência de sentença.....   | 298        |
| <b>Capítulo 5 ► Embargos de Declaração .....</b> |  | <b>303</b> |
| 1.   | Generalidades e cabimento .....  | 304        |
| 2.   | Fundamentação vinculada.....   | 304        |
| 2.1.   | Noções gerais .....  | 304        |
| 2.2.   | Erro material.....   | 305        |
| 2.3.   | Contradição.....   | 307        |
| 2.4.   | Omissão .....  | 308        |
| 2.4.1.   | Generalidades.....   | 308        |
| 2.4.2.   | Presunção de omissão: ausência de manifestação sobre o julgamento de casos repetitivos ou de assunção de competência.....  | 309        |
| 2.4.3.   | Presunção de omissão: violação do § 1º do art. 489.....  | 311        |
| 2.5.   | Obscuridade.....   | 312        |
| 2.6.   | Decisão ultra e extra petita – jurisprudência.....   | 313        |
| 2.7.   | Ausência de requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso – art. 897-A, CLT .....   | 313        |
| 2.8.   | Fim da previsão dos embargos em caso de dúvida nos Juizados Especiais (art. 48, Lei 9099/1995).....  | 314        |
| 3.   | Decisões embargáveis .....   | 315        |
| 3.1.   | Qualquer decisão (art. 1.022, caput, CPC).....   | 315        |
| 3.2.   | Embargos de declaração contra decisão que julga anteriores embargos.....   | 317        |
| 3.3.   | Embargos de declaração contra decisão proferida em processo administrativo.....  | 317        |
| 4.   | Dispensa de preparo .....  | 318        |

|  |     |
|--|-----|
| 5. Prazo .....   | 318 |
| 5.1. Regra geral: cinco dias.....  | 318 |
| 5.2. Aplicação da dobra de prazo, no caso de litisconsortes com advogados diferentes (art. 1.022, § 1º, CPC).....  | 319 |
| 5.3. Processo eleitoral: 3 dias (art. 275, Código Eleitoral).....  | 319 |
| 6. Embargos de declaração e preclusão .....  | 320 |
| 7. Regularidade formal dos embargos de declaração .....  | 321 |
| 8. Natureza da decisão que julga os embargos de declaração .....   | 321 |
| 9. Competência.....  | 323 |
| 9.1. Órgão prolator da decisão embargada (art. 1.024, CPC).....  | 323 |
| 9.2. Inclusão em pauta, caso não sejam julgados na sessão subsequente (art. 1.024, § 1º)....   | 324 |
| 10. Fungibilidade com o agravo interno: necessidade de intimação para ajustar as razões (art. 1024, § 3º) .....  | 325 |
| 11. Efeito devolutivo .....  | 325 |
| 12. Efeito de interromper o prazo para outros recursos (art. 1.026), para qualquer das partes.....   | 327 |
| 12.1. Generalidades .....  | 327 |
| 12.2. Interrupção do prazo para embargos de declaração pela parte contrária: STJ, REsp 444.162/GO .....  | 328 |
| 12.3. Fim da discussão no âmbito dos Juizados Especiais (art. 50, Lei 9.099/1995).....   | 330 |
| 12.4. O efeito interruptivo dos embargos de declaração no processo eleitoral (art. 275, Código Eleitoral).....   | 330 |
| 13. Efeito suspensivo.....   | 331 |
| 13.1. Regra .....  | 331 |
| 13.2. Possibilidade de requerimento de efeito suspensivo nos próprios embargos de declaração (art. 1.026, § 1º).....   | 332 |
| 14. Efeito modificativo.....   | 332 |
| 14.1. Generalidades .....  | 332 |
| 14.2. Necessidade de contrarrazões (art. 1.023, § 2º; art. 897-A, § 2º, CLT).....  | 333 |
| 14.3. Regra da complementaridade do recurso já interposto (art. 1.024, § 4º, CPC).....   | 334 |
| 14.4. Desnecessidade de ratificação .....  | 335 |
| 15. Embargos inadmissíveis e produção de efeitos. Regra geral e o art. 897-A, § 3º, CLT.....   | 336 |
| 16. Embargos de declaração protelatórios.....  | 337 |
| 16.1. Generalidades .....  | 337 |
| 16.2. Multa não excedente a dois por cento do valor atualizado da causa.....   | 338 |
| 16.3. Na reiteração, elevação da multa, condicionado novo recurso ao depósito da multa.....  | 339 |
| 16.4. Exceção: beneficiário da gratuidade e a Fazenda Pública .....  | 341 |
| 16.5. Não permissão de terceiros embargos, após os dois primeiros terem sido considerados protelatórios.....   | 342 |
| 16.6. Embargos de declaração protelatórios no processo eleitoral.....  | 343 |
| 17. Embargos de declaração e pré-questionamento .....  | 343 |
| 17.1. Generalidades. Consagração do pré-questionamento ficto – superação do enunciado n. 211 da súmula do STJ e do entendimento mais recente do STF (art. 1.025, CPC)..... | 343 |
| 17.2. Embargos de declaração com finalidade de pré-questionamento não têm caráter protelatório (súmula do STJ, n. 98).....   | 346 |

|  |     |
|--|-----|
| 18. Embargos de declaração e ordem cronológica: art. 12, § 1º, V, CPC .....  | 347 |
| 19. Embargos de declaração e amicus curiae .....   | 347 |
| 20. Controle de constitucionalidade e o julgamento dos embargos de declaração .....  | 348 |
| <b>Capítulo 6 ► Agravo Interno</b> .....   | 349 |
| 1. Generalidades e cabimento .....   | 349 |
| 2. Prazo .....   | 350 |
| 3. Dispensa de preparo, regularidade formal e contrarrazões .....  | 351 |
| 4. Procedimento de julgamento .....  | 352 |
| 5. Agravo interno manifestamente inadmissível ou manifestamente improcedente .....   | 353 |
| 6. Agravo interno e a regra de respeito à ordem cronológica de conclusão .....   | 354 |
| 7. Agravo interno e embargos de declaração .....   | 355 |
| <b>Capítulo 7 ► Recurso Ordinário Constitucional</b> .....   | 357 |
| 1. Hipóteses de cabimento .....  | 357 |
| 2. Regime jurídico .....   | 358 |
| 3. Efeitos do recurso ordinário. Medida destinada a obtenção de efeito suspensivo .....  | 360 |
| 4. Interposição de recurso extraordinário no lugar do ordinário. Fungibilidade. Primazia do exame do mérito .....                                      | 361 |
| 5. Procedimento .....  | 362 |
| 6. Recurso ordinário constitucional para o STF .....   | 364 |
| 7. Recurso ordinário constitucional para o STJ .....   | 365 |
| 7.1. Recurso ordinário constitucional em mandado de segurança .....  | 365 |
| 7.2. Recurso ordinário constitucional em causas internacionais .....   | 366 |
| 7.2.1. Interposição de apelação no lugar do recurso ordinário. Fungibilidade. Primazia do exame do mérito .....  | 367 |
| 7.2.2. Sucumbência recursal .....  | 367 |
| <b>Capítulo 8 ► Recurso Extraordinário e Recurso Especial</b> .....  | 369 |
| 1. Características gerais .....  | 370 |
| 2. Efeito devolutivo restrito. Recursos de fundamentação vinculada .....   | 370 |
| 3. Recursos extraordinários e reexame de prova .....   | 370 |
| 4. Recurso excepcional e os conceitos jurídicos indeterminados .....   | 373 |
| 5. Recursos extraordinários e interpretação de cláusula contratual .....   | 374 |
| 6. Pré-questionamento .....  | 376 |
| 7. Exigência de prévio esgotamento das instâncias ordinárias. Proibição de recurso extraordinário ou especial per saltum .....                         | 380 |
| 8. Recursos extraordinário e especial contra provimentos de urgência (Súmula do STJ, n. 86 e Súmula do STF, n. 735) .....                              | 382 |
| 9. Procedimento do recurso extraordinário e do recurso especial no tribunal local (art. 1.030, CPC) .....  | 385 |
| 9.1. Generalidades. A interpretação do art. 1.030 do CPC. As condutas que podem ser tomadas pelo Presidente ou Vice-Presidente do tribunal local ..... | 385 |
| 9.2. O art. 1.030 do CPC e a possibilidade de superação do entendimento dos tribunais superiores .....   | 389 |

|   |     |
|---|-----|
| 10. Primazia da decisão do mérito do recurso extraordinário ou especial (art. 1.029, § 3º, CPC).....  | 391 |
| 11. Efeito suspensivo.....  | 394 |
| 12. Profundidade do efeito devolutivo dos recursos excepcionais.....  | 395 |
| 12.1. Generalidades. O art. 1.034, CPC, e o n. 456 da súmula do STF. O exame de questões apreciáveis ex officio e de outras questões não enfrentadas pelo tribunal recorrido..... | 395 |
| 12.2. As questões supervenientes. O art. 493 do CPC aplicado aos recursos extraordinários...  | 400 |
| 12.3. Os enunciados 292 e 528 da súmula da jurisprudência predominante do STF e o parágrafo único do art. 1.034 do CPC.....   | 404 |
| 13. Preparo.....  | 408 |
| 14. Interposição simultânea de recurso especial e recurso extraordinário. O art. 1.031 do CPC. O enunciado 283 da súmula do STF. O enunciado 126 da súmula do STJ.....            | 409 |
| 14.1. Generalidades.....  | 409 |
| 14.2. Momento da interposição simultânea.....   | 412 |
| 14.3. Substitutividade compartilhada.....   | 413 |
| 14.4. Repercussão geral do recurso extraordinário e o enunciado 283 da súmula do STF.....   | 415 |
| 14.5. Processamento dos recursos extraordinários interpostos conjuntamente. Análise do art. 1.031 do CPC.....   | 417 |
| 15. Recurso especial.....   | 419 |
| 15.1. Considerações gerais sobre o recurso especial.....  | 419 |
| 15.2. Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 105 da CF/1988.....   | 420 |
| 15.3. Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 105 da CF/1988.....   | 423 |
| 15.4. Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 105 da CF/1988.....   | 424 |
| 15.5. Regra de conversão do recurso especial em recurso extraordinário.....   | 427 |
| 15.6. Recurso extraordinário em julgamento de recurso especial.....   | 428 |
| 15.7. Controle difuso da constitucionalidade da lei federal apontada como violada.....  | 429 |
| 15.8. Recurso especial em remessa necessária.....   | 430 |
| 16. Recurso extraordinário.....   | 431 |
| 16.1. Considerações gerais.....   | 431 |
| 16.2. Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....   | 433 |
| 16.2.1. Generalidades.....  | 433 |
| 16.2.2. O problema da ofensa reflexa. Conversão do recurso extraordinário em recurso especial.....  | 434 |
| 16.3. Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....   | 437 |
| 16.4. Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....   | 439 |
| 16.5. Cabimento com fundamento na letra “d” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....   | 440 |
| 16.6. Recurso extraordinário contra julgamento que contraria tratado internacional sobre direitos fundamentais.....   | 441 |
| 16.7. A repercussão geral.....  | 442 |
| 16.7.1. Generalidades.....  | 442 |
| 16.7.2. Repercussão geral e arguição de relevância.....   | 444 |
| 16.7.3. Concretização da repercussão geral.....   | 445 |
| 16.7.4. Hipóteses de presunção legal absoluta de repercussão geral.....   | 447 |
| 16.7.5. Julgamento eletrônico (“plenário virtual”).....   | 449 |

|   |            |
|---|------------|
| 16.7.6. Repercussão geral, julgamento de casos repetitivos e incidente de assunção de competência.....  | 451        |
| 16.7.7. Repercussão geral, ofensa reflexa à Constituição e julgamento de casos repetitivos sobre questão processual. O art. 324, § 2º, do RISTF ..... | 452        |
| 16.7.8. Eficácia vinculante do precedente em repercussão geral.....   | 453        |
| 16.7.9. Intervenção de amicus curiae e suspensão dos processos pendentes.....   | 454        |
| 16.7.10. Requerimento de exclusão do processo da ordem de sobrestamento .....   | 456        |
| 16.8. A “objetivação” do recurso extraordinário: o controle difuso de constitucionalidade e o sistema de precedentes obrigatórios.....                | 456        |
| <b>Capítulo 9 ► Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário .....</b>  | <b>461</b> |
| 1. Características gerais .....   | 461        |
| 2. Cabimento.....   | 462        |
| 3. Agravo em recurso especial ou extraordinário com fundamento em mais de uma hipótese admissibilidade .....  | 462        |
| 4. Dispensa de preparo .....  | 464        |
| 5. Procedimento .....   | 464        |
| 6. Aplicação do regime de julgamento de casos repetitivos .....   | 466        |
| 7. Julgamento.....  | 466        |
| 8. Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....   | 468        |
| <b>Capítulo 10 ► Embargos de Divergência .....</b>  | <b>469</b> |
| 1. Conceito e objetivos dos embargos de divergência .....   | 469        |
| 2. Hipóteses de cabimento.....  | 470        |
| 3. Necessidade de a divergência ser atual e sua comprovação (confronto analítico).....  | 475        |
| 4. Procedimento .....   | 477        |
| 5. Causa de pedir e pedido nos embargos de divergência.....   | 479        |
| 6. Dever de fundamentação na inadmissibilidade dos embargos de divergência.....   | 480        |
| 7. Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário.....  | 481        |
| 8. Embargos de divergência repetitivos.....   | 481        |
| <b>Capítulo 11 ► Remessa Necessária.....</b>  | <b>483</b> |
| 1. Terminologia .....   | 483        |
| 2. Noções históricas .....  | 483        |
| 3. Natureza jurídica .....  | 487        |
| 4. Hipóteses de Cabimento .....   | 491        |
| 4.1. Decisão de mérito proferida contra a Fazenda Pública .....   | 491        |
| 4.2. Remessa necessária e decisões que não resolvem o mérito.....   | 493        |
| 4.3. Remessa necessária na ação popular .....   | 493        |
| 4.4. Remessa necessária na ação de improbidade administrativa e na ação civil pública. Aplicação analógica da Lei nº 4.717/1965.....                  | 494        |
| 4.5. Remessa necessária em mandado de segurança .....   | 495        |
| 4.6. Sentença que acolhe embargos à execução fiscal .....   | 496        |

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 4.7.  | Sentença proferida em processo no qual a Fazenda Pública figura como assistente simples do réu.....                                 | 497 |
| 4.8.  | Remessa necessária e sentença arbitral.....   | 498 |
| 4.9.  | Pressuposto negativo de admissibilidade da remessa necessária.....  | 498 |
| 4.10. | A remessa necessária e as decisões interlocutórias não agraváveis. Aplicação do § 1º do art. 1.009 Do cpc à remessa necessária..... | 499 |
| 5.    | Remessa necessária e a extensão da coisa julgada à questão prejudicial incidental.....  | 500 |
| 6.    | Procedimento.....   | 500 |
| 7.    | Tutela provisória na remessa necessária.....  | 502 |
| 8.    | Dispensa da remessa necessária.....   | 503 |
| 8.1.  | Hipóteses de dispensa da remessa necessária previstas no CPC. Valor da condenação ou do direito controvertido.....                  | 503 |
| 8.2.  | Hipóteses de dispensa da remessa necessária no mandado de segurança.....  | 505 |
| 8.3.  | Dispensa da remessa por negócio processual.....   | 506 |
| 9.    | A necessidade de determinação da remessa necessária pelo Juiz; meios de impugnação contra a dispensa da determinação.....           | 506 |
| 10.   | Aplicação do § 3º do art. 1.013 ao julgamento da remessa necessária.....  | 508 |

### PARTE 3 – AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL E *QUERELA NULLITATIS*

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| Capítulo 12 | ► <b>Ação Rescisória</b> .....  | 513 |
| 1.          | Generalidades.....  | 513 |
| 2.          | Decisão rescindível.....  | 515 |
| 2.1.        | Decisão interlocutória, sentença, decisão de membro de tribunal ou acórdão.....               | 515 |
| 2.2.        | Decisão de inadmissibilidade (art. 966, § 2º).....  | 517 |
| 2.2.1.      | Generalidades.....  | 517 |
| 2.2.2.      | Decisões de inadmissibilidade que impedem a repropositura da demanda (art. 966, § 2º, I)..... | 517 |
| 2.2.3.      | Decisões de inadmissibilidade que impedem o conhecimento de recurso (art. 966, § 2º, II)..... | 520 |
| 2.3.        | Decisão que aplica sanção processual e decisão sobre as verbas da sucumbência.....            | 521 |
| 2.4.        | Decisões que homologam autocomposição.....  | 522 |
| 2.5.        | Decisão que homologa partilha amigável.....   | 524 |
| 2.6.        | Decisão que julga a liquidação de sentença.....   | 525 |
| 2.7.        | Decisão que extingue a execução.....  | 526 |
| 2.8.        | Rescisória de rescisória.....   | 527 |
| 2.9.        | Rescisória parcial (art. 966, § 3º, CPC).....   | 528 |
| 2.10.       | Rescisória de questão prejudicial incidental.....   | 529 |
| 2.11.       | Tutela provisória estabilizada.....   | 530 |
| 2.12.       | Juizados Especiais.....   | 530 |
| 2.13.       | Jurisdição voluntária.....  | 531 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 2.14.     | A decisão <i>in petita</i> . A OJ 41 da SBDI-2 do TST. Superação do enunciado 453 da súmula do STJ .....  | 532 |
| 2.15.     | Incidentes processuais.....   | 533 |
| 2.16.     | Casos de <i>querela nullitatis</i> .....  | 534 |
| 2.17.     | O enunciado n. 514 da súmula do Supremo Tribunal Federal .....  | 535 |
| 2.18.     | Decisão rescindenda e trânsito em julgado superveniente .....   | 536 |
| 2.19.     | A ação rescisória e a ação “anulatória” do § 4º do art. 966 do CPC.....   | 536 |
| 2.19.1.   | Nota introdutória. Premissas para a compreensão do problema .....   | 536 |
| 2.19.2.   | Análise dogmática do § 4º do art. 966 .....   | 538 |
| 2.19.2.1. | Generalidades e duas primeiras impropriedades técnicas .....  | 538 |
| 2.19.2.2. | Atos de disposição de direitos homologados pelo juízo.....  | 539 |
| 2.19.2.3. | Atos homologatórios praticados no curso da execução.....  | 540 |
| 3.        | Legitimidade .....  | 542 |
| 3.1.      | Ativa.....  | 542 |
| 3.1.1.    | Parte no processo originário ou seu sucessor a título singular ou universal .....   | 542 |
| 3.1.2.    | Terceiro juridicamente interessado.....   | 542 |
| 3.1.3.    | Ministério Público .....  | 543 |
| 3.1.4.    | Aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.....   | 544 |
| 3.2.      | Passiva .....   | 545 |
| 4.        | Competência para processar e julgar a ação rescisória .....   | 547 |
| 4.1.      | Generalidades .....   | 547 |
| 4.2.      | A competência para julgar rescisória contra decisão de juiz federal proferida nas causas internacionais do inciso II do art. 109 da Constituição Federal..... | 550 |
| 4.3.      | Ação rescisória de capítulo da decisão .....  | 550 |
| 4.4.      | Incompetência, primazia da decisão de mérito e o § 5º do art. 968 do CPC.....   | 551 |
| 5.        | O prazo para ajuizamento da ação rescisória.....  | 554 |
| 5.1.      | Natureza: prazo de decadência legal.....  | 554 |
| 5.2.      | Regra geral.....  | 555 |
| 5.3.      | Prazo especial: ação rescisória relativa a processos que digam respeito a transferência de terras públicas rurais (art. 8º-C, Lei n. 6.739/1979).....         | 556 |
| 5.4.      | Contagem do prazo. A ação rescisória e a coisa julgada parcial. ....  | 557 |
| 5.5.      | Prazo para a ação rescisória e juízo de inadmissibilidade do recurso .....  | 560 |
| 5.6.      | Regras especiais de contagem do prazo da ação rescisória.....   | 561 |
| 5.6.1.    | Contagem de prazo na ação rescisória por prova nova (art. 975, § 2º) .....  | 561 |
| 5.6.2.    | Contagem de prazo na ação rescisória em razão de simulação ou fraude à lei (art. 975, § 3º) .....   | 562 |
| 5.6.3.    | Regra de contagem de prazo de ação rescisória no caso de decisão que contrarie entendimento do STF sobre a constitucionalidade de lei ou ato normativo .....  | 563 |
| 5.6.3.1.  | Hipótese de rescindibilidade.....   | 563 |
| 5.6.3.2.  | Decisão do STF posterior à coisa julgada .....  | 564 |

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| 5.6.3.3.   | Termo inicial do prazo para a ação rescisória .....   | 565 |
| 5.6.3.4.   | Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF ....  | 565 |
| 5.6.3.5.   | Aplicação da regra especial às decisões que regulam relação jurídica permanente ou relação jurídica de trato continuado ..... | 566 |
| 5.6.3.6.   | Direito transitório .....   | 568 |
| 6.         | Hipóteses de rescindibilidade .....   | 570 |
| 6.1.       | Generalidades .....   | 570 |
| 6.2.       | A causa de pedir na ação rescisória.....  | 571 |
| 6.3.       | Hipóteses.....  | 572 |
| 6.3.1.     | Decisão produto de prevaricação, concussão ou corrupção .....   | 573 |
| 6.3.2.     | Impedimento do juiz.....  | 577 |
| 6.3.3.     | Incompetência absoluta do juízo.....  | 577 |
| 6.3.3.1.   | Generalidades .....   | 577 |
| 6.3.3.2.   | Possibilidade de pedido de rejuízo da causa.....  | 578 |
| 6.3.3.3.   | Rescisória por incompetência absoluta, princípio da boa-fé processual e regramento da incompetência no CPC .....              | 579 |
| 6.3.4.     | Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida .....  | 581 |
| 6.3.4.1.   | Generalidades .....   | 581 |
| 6.3.4.2.   | Decisão resultante de outros comportamentos contrários à boa-fé objetiva. Precedente do Superior Tribunal de Justiça .....    | 583 |
| 6.3.5.     | Simulação ou colusão das partes.....  | 585 |
| 6.3.6.     | Ofensa à coisa julgada .....  | 589 |
| 6.3.6.1.   | Generalidades .....   | 589 |
| 6.3.6.2.   | Conflito entre coisas julgadas .....  | 589 |
| 6.3.7.     | Manifesta violação a norma jurídica.....  | 591 |
| 6.3.7.1.   | Generalidades .....   | 591 |
| 6.3.7.2.   | Princípio da legalidade .....   | 594 |
| 6.3.7.3.   | Texto versus norma jurídica.....  | 595 |
| 6.3.7.4.   | Normas individuais e gerais: o sentido do termo “norma jurídica” no inciso V do art. 966 do CPC .....                         | 596 |
| 6.3.7.5.   | O que é uma “manifesta violação” à norma jurídica? .....  | 598 |
| 6.3.7.5.1. | Generalidades .....   | 598 |
| 6.3.7.5.2. | O n. 343 da súmula do STF .....   | 599 |
| 6.3.7.5.3. | Violação manifesta à norma jurídica e direito à distinção.....  | 600 |
| 6.3.7.6.   | O inciso V do art. 966 versus o § 15 do art. 525 e o § 8º do art. 535 do CPC.....   | 601 |
| 6.3.8.     | Prova falsa .....   | 603 |
| 6.3.8.1.   | Generalidades .....   | 603 |
| 6.3.8.2.   | Decisão lastreada em prova ilícita que não seja falsa .....   | 604 |
| 6.3.9.     | Prova nova.....   | 605 |
| 6.3.9.1.   | Generalidades .....   | 605 |
| 6.3.9.2.   | O sentido da expressão “prova nova” .....   | 607 |
| 6.3.9.3.   | Comprovação do momento da descoberta da prova nova .....  | 608 |

|                                       |   |     |
|---------------------------------------|---|-----|
| 6.3.9.4.                              | Referência a fatos controvertidos no processo originário. Impossibilidade de o revel ajuizar ação rescisória fundada em prova nova..... | 610 |
| 6.3.9.5.                              | Suficiência da prova nova para alterar a conclusão do julgado rescindendo .....   | 611 |
| 6.3.10.                               | Erro de fato .....  | 611 |
| 7.                                    | Aspectos do procedimento da ação rescisória .....   | 613 |
| 7.1.                                  | Petição inicial, improcedência liminar do pedido .....  | 613 |
| 7.2.                                  | Depósito obrigatório.....   | 616 |
| 7.3.                                  | Valor da causa .....  | 620 |
| 7.4.                                  | Prazo de resposta do réu.....   | 621 |
| 7.5.                                  | Revelia na ação rescisória.....   | 622 |
| 7.6.                                  | Audiência preliminar de mediação ou conciliação. A autocomposição em ação rescisória .....  | 623 |
| 7.7.                                  | Reconvenção na ação rescisória.....   | 623 |
| 7.8.                                  | Produção de provas na ação rescisória.....  | 624 |
| 7.9.                                  | Intervenção do Ministério Público .....   | 626 |
| 7.10.                                 | Suspensão da execução da decisão rescindenda e tutela provisória na ação rescisória .....   | 626 |
| 7.11.                                 | Tutela provisória de evidência na ação rescisória .....   | 628 |
| 8.                                    | Procedimento para o julgamento. O iudicium rescindens e o iudicium rescissorium .....   | 629 |
| 9.                                    | Eficácia temporal do julgamento rescindente .....   | 632 |
| 10.                                   | Recursos na ação rescisória .....   | 634 |
| 11.                                   | Execução na ação rescisória .....   | 635 |
| <b>Capítulo 13 ► Reclamação</b> ..... |   | 637 |
| 1.                                    | Breve histórico da reclamação e sua evolução no Brasil .....  | 637 |
| 2.                                    | Fundamentos da reclamação .....   | 638 |
| 2.1.                                  | Aspectos constitucionais.....   | 638 |
| 2.2.                                  | A teoria dos poderes implícitos e a teoria da reserva legal.....  | 640 |
| 2.3.                                  | A previsão da reclamação em outras leis.....  | 641 |
| 2.4.                                  | O papel dos regimentos internos dos tribunais.....  | 642 |
| 3.                                    | Natureza jurídica .....   | 642 |
| 3.1.                                  | Generalidades .....   | 642 |
| 3.2.                                  | Entendimento do STF a respeito da natureza jurídica da reclamação.....  | 646 |
| 3.3.                                  | Consequências da definição da natureza jurídica da reclamação .....   | 646 |
| 3.3.1.                                | Requisitos da petição inicial e capacidade postulatória .....   | 646 |
| 3.3.2.                                | Decisão apta a formar coisa julgada.....  | 647 |
| 3.3.3.                                | Custas e honorários advocatícios na reclamação. ....  | 647 |
| 3.4.                                  | Cabimento da reclamação em todos os tribunais .....   | 649 |
| 3.5.                                  | Cabimento da reclamação contra decisão do próprio tribunal .....  | 649 |
| 4.                                    | Reclamação e decisão transitada em julgado .....  | 650 |
| 5.                                    | Hipóteses de cabimento da reclamação (demanda típica, de fundamentação vinculada)..   | 651 |

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| 5.1.     | Generalidades .....   | 651 |
| 5.2.     | Reclamação para preservação de competência do tribunal .....  | 653 |
| 5.3.     | Reclamação para garantir a autoridade da decisão do tribunal .....  | 656 |
| 5.3.1.   | Generalidades .....   | 656 |
| 5.3.2.   | Reclamação contra ato que desrespeitou enunciado de súmula vinculante do STF .....  | 659 |
| 5.3.3.   | Reclamação para garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em controle concentrado de constitucionalidade .....                      | 663 |
| 5.3.3.1. | Generalidades. A chamada “transcendência dos motivos determinantes” .....   | 663 |
| 5.3.3.2. | Reclamação 4.374/PE do STF. A possibilidade de reclamação para revisar decisão proferida em ação declaratória de constitucionalidade .....                        | 666 |
| 5.3.4.   | Reclamação para garantir a observância de precedente proferido em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em incidente de assunção de competência ..... | 667 |
| 5.3.5.   | Reclamação para garantir a observância de precedente proferido em julgamento de recurso especial ou extraordinário repetitivo (art. 988, §5º, II, CPC) .....      | 671 |
| 5.3.6.   | Reclamação contra decisões em Juizados Especiais Cíveis. Revogação da Resolução n. 12/2009-STJ pela Resolução 03/2016 do STJ .....                                | 673 |
| 5.4.     | A reclamação como instrumento para realização da distinção .....  | 676 |
| 5.5.     | A reclamação como instrumento para interpretação da decisão do tribunal .....   | 677 |
| 6.       | Legitimidade para a reclamação .....  | 679 |
| 6.1.     | Legitimidade ativa .....  | 679 |
| 6.1.1.   | Generalidades .....   | 679 |
| 6.1.2.   | Capacidade processual do Ministério Público estadual para ajuizar reclamação perante tribunal superior .....  | 679 |
| 6.2.     | Legitimidade passiva e intervenção do interessado .....   | 681 |
| 7.       | Procedimento da reclamação .....  | 683 |
| 7.1.     | Previsão legal .....  | 683 |
| 7.2.     | Processo documental (prova pré-constituída) .....   | 683 |
| 7.3.     | Requisitos da petição inicial .....   | 684 |
| 7.4.     | Prevenção do relator .....  | 685 |
| 7.5.     | Indeferimento da petição inicial ou julgamento de improcedência liminar do pedido pelo relator .....  | 686 |
| 7.6.     | Tutela provisória na reclamação .....   | 687 |
| 7.7.     | Reclamação repetitiva .....   | 688 |
| 7.8.     | Prazo para ajuizamento da reclamação .....  | 689 |
| 7.9.     | Relação entre recurso e reclamação (art. 988, § 6º, CPC) .....  | 689 |
| 7.10.    | Intervenção do Ministério Público na reclamação .....   | 690 |
| 8.       | Decisão que julga a reclamação .....  | 694 |
| 9.       | Recursos na reclamação .....  | 694 |

|   |     |
|---|-----|
| Capítulo 14 ► <b>Ação de Nulidade da Sentença (<i>Querela Nullitatis</i>)</b> ..... | 695 |
| 1. Generalidades.....   | 695 |
| 2. Outros meios processuais para a querela nullitatis.....                          | 698 |
| 3. Querela nullitatis e ação rescisória .....                                       | 699 |
| 4. Competência.....   | 700 |
| 5. Querela nullitatis e preclusão .....   | 701 |

## PARTE 4 – INCIDENTES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL

|   |     |
|---|-----|
| Capítulo 15 ► <b>Julgamento de Casos Repetitivos</b> .....  | 705 |
| 1. A litigiosidade em massa e as questões de direito repetitivas. Do processo coletivo da ação coletiva ao processo coletivo do julgamento de casos (“questões”) repetitivos.....   | 706 |
| 2. Outros mecanismos para a solução de casos repetitivos.....   | 711 |
| 3. O julgamento de casos repetitivos no CPC .....   | 713 |
| 4. Microsistema de julgamento de casos repetitivos e sua dupla função .....   | 713 |
| 5. Microsistema de julgamento de casos repetitivos e o processo do trabalho .....   | 716 |
| 6. Parte geral que regula o julgamento de casos repetitivos.....  | 717 |
| 6.1. Sistema adotado: causa-piloto ou causa-modelo? .....   | 717 |
| 6.1.1. Generalidades.....   | 717 |
| 6.1.2. A opção brasileira .....   | 718 |
| 6.1.3. A desistência ou abandono do caso-piloto. A hipótese de causa-modelo no direito brasileiro.....  | 720 |
| 6.1.4. Conclusão parcial .....  | 721 |
| 6.1.5. A recorribilidade e o julgamento da causa-modelo .....   | 722 |
| 6.2. Regras que compõem o núcleo do microsistema de gestão e julgamento de casos repetitivos .....  | 724 |
| 6.2.1. Generalidades.....   | 724 |
| 6.2.2. Reconhecimento da conexão por afinidade, com suspensão dos processos em que a questão a ser decidida se repete .....   | 724 |
| 6.2.3. Exercício do direito à distinção e revogação da suspensão indevida (art. 1.037, §§ 8º a 13).....   | 726 |
| 6.2.4. Estímulo à desistência do processo, antes de proferida a sentença (art. 1.040, §§ 1º a 3º, CPC) .....  | 727 |
| 6.2.5. Comunicação ao órgão, ente ou agência reguladora, no caso de questão relacionada à prestação de serviço objeto de concessão, permissão ou autorização (arts. 985, § 2º, e 1.040, IV, CPC). Comunicação da instauração e da decisão ..... | 728 |
| 6.2.6. Regramento do abandono (art. 976, § 1º, CPC).....  | 729 |
| 6.2.7. Regramento da competência para a concessão da tutela de urgência (arts. 982, § 2º, e 1.029, § 5º, III, CPC).....   | 729 |
| 6.2.8. Incorporação da decisão ao julgamento dos processos pendentes, sobrestados ou não (arts. 985, I, e 1.040, I e III, CPC). .....   | 730 |
| 6.3. Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios (art. 927, CPC) .....   | 731 |

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| 6.3.1.   | Generalidades.....  | 731 |
| 6.3.2.   | Divulgação e publicidade.....   | 732 |
| 6.3.3.   | Participação ampliada: interessados e amicus curiae.....  | 734 |
| 6.3.4.   | Intervenção do Ministério Público.....  | 738 |
| 6.3.5.   | Calendário processual (art. 191, CPC).....  | 739 |
| 6.3.6.   | Possibilidade de interposição de recurso pelo amicus curiae.....  | 740 |
| 6.3.7.   | Eficácia da decisão para processos futuros.....   | 741 |
| 6.3.8.   | Procedimento para revisão da tese jurídica (superação do precedente obrigatório formado de modo concentrado).....                           | 742 |
| 6.4.     | Outras regras comuns às espécies de julgamento de casos repetitivos.....  | 744 |
| 6.4.1.   | Seleção do caso representativo.....   | 744 |
| 6.4.2.   | Identificação da questão a ser submetida a julgamento. O respeito à congruência.....  | 746 |
| 6.4.3.   | Decisão.....  | 747 |
| 6.4.3.1. | Fundamentação. A relação com o art. 489, § 1º, CPC.....   | 747 |
| 6.4.3.2. | Elementos do acórdão do incidente de julgamento de casos repetitivos. Sumário dos argumentos examinados e núcleos decisórios.....           | 748 |
| 6.4.4.   | Eficácia da decisão em relação a decisões já transitadas em julgado.....  | 751 |
| 6.4.5.   | Prevenção do relator que primeiro tiver afetado (art. 1.037, § 3º, CPC).....  | 752 |
| 6.4.6.   | Instauração de mais de um procedimento para fixação de casos repetitivos. Litispendência e conexão entre os incidentes.....                 | 753 |
| 6.4.7.   | Prazo para julgamento – um ano (arts. 980 e 1.037, § 4º, CPC).....  | 755 |
| 6.4.8.   | Prioridade de julgamento (arts. 980 e 1.037, § 4º, CPC) e exclusão da ordem cronológica de julgamento (art. 12, § 2º, III, CPC).....        | 755 |
| 6.4.9.   | Aplicação do regime de julgamento e gestão de casos repetitivos a qualquer processo, recurso ou incidente.....                              | 755 |
| 7.       | O incidente de resolução de demandas repetitivas.....   | 757 |
| 7.1.     | Natureza jurídica.....  | 757 |
| 7.2.     | Requisitos de admissibilidade.....  | 758 |
| 7.3.     | Competência para admitir o IRDR. Irrecorribilidade da decisão que não admite o IRDR e possibilidade de repositura do IRDR não admitido..... | 761 |
| 7.4.     | Sustentação oral no juízo de admissibilidade do IRDR.....   | 762 |
| 7.5.     | Confronto entre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência.....                              | 763 |
| 7.6.     | Fungibilidade entre incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.....                              | 764 |
| 7.7.     | Uniformização de jurisprudência ainda pendente de julgamento após o início da vigência do CPC-2015.....                                     | 765 |
| 7.8.     | Competência para o julgamento do IRDR. O IRDR, as causas de competência originária e os recursos ordinários no tribunal superior.....       | 765 |
| 7.9.     | Legitimidade para instauração do IRDR.....  | 768 |
| 7.10.    | Casos em que cabe o IRDR e momento de sua instauração.....  | 770 |
| 7.11.    | Custas (art. 976, § 5º, CPC).....   | 771 |
| 7.12.    | Suspensão dos processos.....  | 772 |

|  |            |
|--|------------|
| 7.12.1. Generalidades.....   | 772        |
| 7.12.2. Extensão da suspensão .....  | 773        |
| 7.12.3. Suspensão nacional dos processos.....  | 774        |
| 7.12.4. Início, duração e término do período de suspensão.....   | 775        |
| 7.12.5. Tutela provisória no incidente: interpretação provisória, em vez de<br>suspensão dos processos .....       | 776        |
| 7.13. Procedimento e julgamento do IRDR .....  | 778        |
| 7.14. A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas e as<br>suas funções.....         | 779        |
| 7.15. Recursos no IRDR.....  | 781        |
| 7.16. Ação rescisória .....  | 785        |
| 7.17. IRDR e Juizados Especiais.....   | 785        |
| 8. Recursos especiais ou extraordinários repetitivos.....  | 788        |
| 8.1. Observação introdutória .....   | 788        |
| 8.2. Técnica de gestão dos recursos repetitivos pelo presidente ou vice-Presidente do<br>tribunal de origem.....   | 789        |
| 8.3. Legitimidade para provocar a instauração do incidente.....  | 792        |
| 8.4. Questão de direito que pode ser objeto do incidente.....  | 794        |
| 8.5. Poderes do relator.....   | 794        |
| 8.6. Retratação do órgão recorrido em razão do julgamento do recurso extraordinário<br>ou especial repetitivo..... | 795        |
| <b>Capítulo 16 ► Incidente de Assunção de Competência .....</b>  | <b>799</b> |
| 1. Breve histórico legislativo.....  | 799        |
| 2. Instrumento destinado a concretizar a tutela da segurança jurídica.....   | 802        |
| 3. Competência e cabimento.....  | 803        |
| 4. Objetivos.....  | 803        |
| 5. Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios .....  | 804        |
| 5.1. Generalidades .....   | 804        |
| 5.2. Aplicação do núcleo desse microsistema .....  | 805        |
| 5.3. Aplicação das normas relativas à formação do precedente.....  | 806        |
| 5.3.1. Participação de amici curiae .....  | 806        |
| 5.3.2. Audiências públicas .....   | 807        |
| 5.3.3. Reforço do dever de motivar .....   | 807        |
| 5.3.4. Intervenção do Ministério Público.....  | 808        |
| 5.3.5. Publicidade .....   | 809        |
| 5.3.6. Regras sobre superação .....  | 809        |
| 5.4. Incidência das normas relativas à aplicação do precedente .....   | 810        |
| 6. Pressupostos do incidente de assunção de competência .....  | 811        |
| 7. Legitimidade para provocar a instauração do incidente de assunção de competência.....                           | 813        |
| 8. Competência.....  | 814        |
| 9. Ordem cronológica para julgamento e aplicação ao incidente de assunção de compe-<br>tência.....                 | 816        |

|  |     |
|--|-----|
| 10. Recursos .....   | 816 |
| 11. Desistência ou abandono da causa. Consequências no incidente de assunção de competência.....   | 817 |
| Capítulo 17 ► <b>Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade em Tribunal</b> .....  | 821 |
| 1. A regra do <i>full bench</i> .....  | 821 |
| 2. Divisão da competência funcional .....  | 823 |
| 3. Natureza jurídica da decisão. incidente de formação concentrada de precedente obrigatório. apelo ao respectivo Microsistema. ....         | 826 |
| 4. Intervenção do ministério Público .....   | 827 |
| 5. Decisão do incidente, coisa julgada e recurso .....   | 827 |
| 6. Casos em que se dispensa a instauração do incidente.....  | 828 |
| 7. Súmula vinculante do STF, n. 10.....  | 829 |
| 8. Regra do <i>full bench</i> e decisão fundada em cognição sumária.....   | 830 |
| 9. Regra do <i>full bench</i> e decisão proferida por turma recursal .....   | 830 |
| Capítulo 18 ► <b>Pedido de Suspensão de Segurança</b> .....  | 833 |
| 1. Previsão legal .....  | 833 |
| 2. Natureza jurídica do pedido de suspensão.....   | 836 |
| 3. Legitimidade para o ajuizamento do pedido de suspensão .....  | 838 |
| 4. Competência para o pedido de suspensão.....   | 840 |
| 5. Procedimento do pedido de suspensão.....  | 841 |
| 6. Duração da suspensão concedida.....   | 842 |
| 7. Do agravo interno contra a decisão do pedido de suspensão .....   | 844 |
| 8. Da renovação do pedido de suspensão para o Tribunal Superior .....  | 845 |
| 9. Da suspensão para várias decisões similares e do requerimento de aditamento.....  | 847 |
| 10. Da possibilidade de utilização concomitante de agravo de instrumento e de pedido de suspensão dos efeitos da decisão interlocutória..... | 848 |
| 11. Do pedido de suspensão em Juizados Especiais Federais e em Juizados Especiais da Fazenda Pública.....                                    | 849 |
| Bibliografia.....  | 851 |